

Senhores Acionistas, em atenção às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 juntamente com o relatório dos auditores independentes. Oportunamente, confirmamos a adequação das operações realizadas com os objetivos estratégicos estabelecidos no projeto do empreendimento, conforme estabelecido no § 3º do Artigo 8º do Regulamento Anexo à Resolução 3.040, de 2002.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)					
ATIVO	2019	2018	PASSIVO	2019	2018
Ativo Circulante	28.819	10.975	Passivo Circulante	233.007	180.386
Caixa e Equivalente de Caixa	13.397	876	Outras Obrigações	233.007	180.386
Disponibilidades	13.379	852	Empréstimos e Financiamentos	200.143	147.567
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	Operações de Swap	-	-
Relações Interfinanceiras	-	-	Fiscais e Previdenciárias	11.350	5.970
Instrumentos Financeiros Derivativos	18	24	Diversas	21.514	26.849
Operações de Arrendamento Mercantil	9.911	6.129	Passivo não Circulante	147.737	103.833
Adiantamento para Arrendamento Mercantil	11.417	4.159	Exigível a Longo Prazo	147.737	103.833
Arrendamentos a Receber - Setor Privado	141.375	123.923	Empréstimos e Financiamentos	147.737	103.833
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(139.266)	(121.312)	Resultados de Exercícios Futuros	139	5
(-) Provisão para Créditos de Arrendamento			Resultados de Exercícios Futuros	139	5
Mercantil de Liquidação Duvidosa	(3.615)	(641)	Patrimônio Líquido	60.393	41.122
Outros Créditos	2.804	2.386	Capital Social - De Domiciliados no Exterior	35.889	35.889
Rendas a Receber	2.400	2.147	Aumento de Capital	-	-
Diversos	404	239	Resultados Acumulados	23.279	4.971
Outros Valores e Bens	2.707	1.584	Reserva Legal	1.225	262
Outros Valores e Bens	2.707	1.582			
Despesas Antecipadas	-	2			
Ativo não Circulante	412.457	314.371			
Realizável a Longo Prazo	-	-			
Arrendamento a Receber - Setor Privado	211.204	163.700			
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(211.204)	(163.700)			
Imobilizado	412.457	314.371			
Imobilizado de Uso	1.317	394			
Outras Imobilizações de Uso	1.720	771			
(-) Depreciação Acumulada	(403)	(377)			
Imobilizado de Arrendamento	411.140	313.977			
Bens Arrendados	631.747	459.675			
(-) Depreciação Acumulada	(238.519)	(153.468)			
Superveniência de Depreciação	17.912	7.770			
Total do Ativo	441.276	325.346	Total do Passivo	441.276	325.346

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2019 (Em reais mil)

1. Contexto Operacional: A CHG-Meridian do Brasil - Arrendamento Mercantil S/A é uma sociedade por ações de capital fechado de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, e tem por objetivo efetuar operações de arrendamento mercantil de bens nas modalidades financeira, operacional e internacional definidas pela Lei nº 6.099/74 e alterações.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional CMN e do BACEN, no que forem aplicáveis. Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas a sua publicação em 18 de março de 2020.

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Uso de estimativas contábeis: A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efete certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes; (v) ajuste de superveniência de depreciação e valor justo de revenue da dos bens objeto de arrendamento mercantil estimado na contratação do "leasing"; e (vi) derivativos embutidos - opção de revenda de bens arrendados em contratos de aquisição de bens. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

c) Caixa e Equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional de acordo com a Resolução BACEN nº 3.604/08, que incluem: saldos em

bancos, caixa e aplicações financeiras cujo prazo de vencimento na data de

aplicação for inferior a 90 dias e não estão sujeitos a risco de mercado signifi-

cante. **d) Instrumentos Financeiros** – Instrumentos financeiros não de-

rivativos incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa. Os

instrumentos financeiros não derivativos foram reconhecidos inicialmente

pelo valor justo, acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos

pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação direta-

mente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumen-

tos financeiros não derivativos são mensurados até o vencimento pelo cus-

tomo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de

eventuais reduções em seu valor recuperável. **e) Operações de arren-**

damento mercantil: i. **Operações de arrendamento mercantil financeiro** –

estão registradas pelo valor atualizado, quando aplicável, pelas rendas in-

corridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério "pro

rata" dia quando aplicável, deduzidas das rendas apropriar que são men-

sinalmente apropriadas ao resultado pelo regime de competência. As opera-

cões de arrendamento operacional são classificadas nos respectivos níveis

de risco, para cálculo da provisão para devedores duvidosos. As operações

de arrendamento mercantil financeiro e operacional são compostas por

operações de arrendamento de equipamentos de informática. iii. A carteira

de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao am-

paro da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acor-

do com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir:

iv - Arrendamentos a receber: refletem o saldo das contraprestações a re-

ceber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratu-

almente. **v - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil:** representa-

m um contra partida do valor das contraprestações a receber e são atualiza-

das na forma dos arrendamentos a receber, sendo apropriadas ao resulta-

do quando dos vencimentos das parcelas contratuais. **f) Imobilizado de ar-**

rendimento: i. **Bens arrendados:** são registrados pelo custo de aquisição,

deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo

método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do

bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas,

previstos na legislação vigente. ii. **Superveniência (insuficiência) de de-**

preciação: os registros contábeis da Sociedade são mantidos conforme

exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil.

Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" e "III" acima diferem

das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne

ao regime de apropriação das receitas e despesas relacionadas aos contra-

tos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular

BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor atual das contraprestações em

aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando

o valor do ajuste apurado em receita ou despesa de arrendamento mercan-

til, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de de-

preciação, respectivamente, no imobilizado de arrendamento, com o obje-

to de adequar a apropriação das receitas e despesas das operações de ar-

rendamento mercantil às práticas contábeis adotadas no Brasil. g) Redu-

ção do valor recuperável de ativos não financeiros – (impairment): É

reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)					
	2º Semestre	2019	2018		
Receitas da Intermediação Financeira	112.622	211.710	160.176		
Operações de Crédito		-	1.100		
Operações de Arrendamento Mercantil	95.035	178.568	130.267		
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		-	-		
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	73	316	(43)		
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	17.514	32.826	28.852		
Despesas da Intermediação Financeira	(93.870)	(170.701)	(119.192)		
Operações de Empréstimos e Repasses	(18.915)	(36.496)	(29.626)		
Operações de Arrendamento Mercantil	(71.998)	(131.215)	(88.780)		
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	(4)	(16)	(314)		
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(2.953)	(2.974)	(472)		
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	18.752	41.009	40.984		
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(12.522)	(21.186)	(18.086)		
Despesas de Pessoal	(5.539)	(10.261)	(9.496)		
Outras Despesas Administrativas	(4.724)	(6.659)	(3.982)		
Despesas Tributárias	(3.267)	(6.535)	(5.691)		
Outras Receitas Operacionais	1.110	2.676	1.122		
Outras Despesas Operacionais	(102)	(407)	(39)		
Resultado Operacional	6.230	19.823	22.898		
Resultado não Operacional		-	-		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	6.230	19.823	22.898		
Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	153	(552)	-		
Participação Estatutária sobre o Lucro			-		
Resultado do Período	6.383	19.271	22.898		
Resultado por Ação (Em R\$ 1,00)	0,18	0,54	0,64		
Demonstração do Resultado Abrangente dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)					
	2019	2018			
Lucro líquido do exercício	19.271	22.898			
Resultado abrangente do exercício	19.271	22.898			
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líqu					

Faixa de vencimento - Arrendamento Operacional		2019	2018	9. Obrigações por Empréstimos: O valor de R\$ 347.880 (curto prazo R\$ 200.143 e longo prazo R\$ 147.737) em 31 de dezembro de 2019 refere-se a obrigações por empréstimos no país e no exterior, e foram estruturados através da vinculação de recebíveis de operações de arrendamento mercantil, sendo o valor de R\$ 239.374 (curto prazo R\$ 108.921 e longo prazo R\$ 130.453) na modalidade "sem coobrigação" contratadas conforme determina a Resolução nº 2921/02 do BACEN e o valor de R\$ 2.348 (curto prazo R\$ 1.064 e longo prazo R\$ 1.284) na modalidade "com coobrigação". Para atender as necessidades de capital de giro e caixa, a sociedade possui uma linha de empréstimo de curto prazo na modalidade Conta Garantida com banco de primeira linha no Brasil. Os custos médios de captação tem sido decrescentes devido a redução da taxa básica de juros.										
e) Concentração das Operações de Arrendamento Mercantil:				Saldo em 31/12/19 Saldo em 31/12/18										
		31/12/2019	31/12/2018	Tipo	Moeda	Encargos Financeiros Anuais (%)	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo				
Maiores Devedores		% sobre a carteira	% sobre a carteira	Resolução nº 2921/02	R\$	17,70% a 7,00% a.a.	106.454	128.353	94.450	96.091				
10 maiores devedores	247.078	60	178.279	Resolução nº 2921/02	USD	5,80% a.a.	2.467	2.100	2.445	1.558				
50 seguintes maiores devedores	142.569	34	120.336	Conta Garantida	R\$	CDI + 2,50% a 6,80% a.a.	90.158	16.000	49.164	3.990				
Demais devedores	23.602	6	17.973	Cédula de Crédito Bancário	R\$	CDI + 6,9% a.a.	1.064	1.284	1.431	2.194				
Total	413.249	100	316.588	Cédula de Crédito Bancário	USD	11,6% a.a.	-	-	77	-				
				Total			200.143	147.737	147.567	103.833				
7. Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação														
Dividida: Durante o exercício de 2019, a Administração da empresa adotou um novo modelo de reconhecimento de perdas esperadas na realização de suas operações, tal modelo foi apresentado e aceito pelo BCB sendo assim, os valores de 2019, incorporam tal prática, que resultou num acréscimo de R\$ 2.974. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação dividida era de R\$ 3.615, sendo R\$ 1.754 para Arrendamento Financeiro e R\$ 1.861 para Arrendamento Operacional. O risco da carteira de arrendamento mercantil a valor presente, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação dividida são calculados conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99, e estavam assim distribuídos:														
Arrendamento financeiro														
PDD por Nível de Risco	Vencidas	A Vencer	Valor Presente	Provisão										
Nível AA	326	171.040	171.366	-										
Nível A	255	19.878	20.133	101										
Nível B	105	3.095	3.200	33										
Nível C	299	10.052	10.351	311										
Nível D	278	5.855	6.133	607										
Nível E	87	1.432	1.519	456										
Nível F	10	89	99	50										
Nível G	9	5	14	7										
Nível H	62	127	189	189										
	1.431	211.573	213.004	1.754										
Movimentação - Arrendamento Financeiro														
Saldos em 31 de Dezembro de 2018														
Adições														
Baixas														
Saldos em 31 de Dezembro de 2019														
Arrendamento operacional														
PDD por Nível de Risco	Vencidas	A Vencer	Valor Registrado	Provisão										
Nível AA	70	172.435	172.505	-										
Nível A	235	15.928	16.163	54										
Nível B	95	541	636	6										
Nível C	85	2.539	2.624	36										
Nível D	72	1.796	1.868	122										
Nível E	75	4.190	4.265	703										
Nível F	-	1.966	1.966	873										
Nível G	44	160	204	57										
Nível H	2	12	14	10										
	678	199.567	200.245	1.861										
Movimentação - Arrendamento Operacional														
Saldos em 31 de Dezembro de 2018														
Adições														
Baixas														
Saldos em 31 de Dezembro de 2019														
8. Outros Créditos - Diversos: A composição da conta Outros Créditos era a seguinte:														
Descrição														
Adiantamento e Antecipações Salariais		98	88	-										
Adiantamento para Pagamento de Nossa Conta (a)		66	105	145										
Impostos e Contribuições Antecipados, não Compensados		240	46	3.688										
Total		404	239	CHG-MERIDIAN AG	(4.568)	(4.003)								
				CHG-MERIDIAN USA CORP.	(1.096)	(695)								
				CHG-MERIDIAN FRANÇA	(1)	-								
16. Limites Operacionais (Acordo de Basileia): O Índice de Basileia em 31/12/2019 foi apurado segundo critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, através das Resoluções 3.444/07 e 3.490/07, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) respectivamente. Abaixo segue quadro demonstrativo, conforme regulamentação em vigor:														
Descrição														
Adiantamento e Antecipações Salariais		98	88	PR - Patrimônio de Referência	60.394	41.122								
Adiantamento para Pagamento de Nossa Conta (a)		66	105	Margem sobre o Capital Principal Requerido	53.056	36.589								
Impostos e Contribuições Antecipados, não Compensados		240	46	ATIVOS PONDERADOS POR RISCO (RWA)	163.056	100.736								
Total		404	239	Valor Total da Parcela RBAN	228	23								
Nota (a) Refere-se a adiantamento de viagens, adiantamento a fornecedores e adiantamento de vale refeição/alimentação.														
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras														
Aos Ilmos. Srs. Acionistas e Diretores da CHG Meridian do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. São Paulo, SP. Opinião com Ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da CHG Meridian do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. ("CHG") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como, as respectivas notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto à falta de reclassificação mencionada na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CHG Meridian do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. ("CHG") em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião com Ressalva: A Cia registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil através do registro da superveniência ou insuficiência de depreciação, classificadas no ativo permanente, conforme mencionado nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis nº 3e e 6a. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre e do patrimônio líquido findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração da " CHG " é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, independentemente de sua opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: i. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco ceiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil através do registro da superveniência ou insuficiência de depreciação, classificadas no ativo permanente, conforme mencionado nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis nº 3e e 6a. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre e do patrimônio líquido findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações finance														